

Neste momento, quero prestar homenagem a ele. Quem é Roberto Jefferson? Ele foi líder do PTB por 20 anos na Câmara Federal. Por que ele foi cassado? Eis a pergunta que deve ser feita nesta noite. Em agosto de 2005, ele foi cassado por ter sido acusado de falta de decoro, porque teria mentido a respeito da existência do mensalão.

Vou contar um fato curioso. Conversando com ele, na minha casa, após o programa... Sr. Presidente, é difícil continuar assim. Estou contando aqui a história de um homem de valor. Ele havia acabado de gravar o Roda Viva, em 2005. Foi à minha casa, para assistir, à noite. Eu estava mantendo conversações, para que o deputado Roberto Jefferson não fosse cassado. Íamos fazer um acordo político, para não cassar nem ele, nem o ministro do PT.

Desci com ele, até meu escritório, na minha casa, e disse: “Roberto, meu irmão, você não tem o direito de entregar 20 anos da sua vida.”

Aqui na Assembleia não gosto, não quero atenção, quero educação só. É simples. Vou parar meu pronunciamento, para solicitar ao Sr. Presidente que se mude para cima. É questão de liturgia, porque aqui, onde está, não há orador nenhum que consiga falar. É impossível. É um parlatório. É difícil. Vou parar, porque estou trazendo aqui fatos de grande relevância para a história do nosso País.

Chego e digo ao deputado Roberto Jefferson: “Roberto, meu irmão, é só você me dar o sinal verde, que você vai se livrar. Dê-me sua autorização.” Com aquele sotaque carioca dele, ele me disse: “ Mermão”, pela porta do fundo eu não saio, não.” Falei: “Você vai ser cassado.” Ele foi cassado.

Por quê? Porque ele recebeu, como presidente do PTB, do Partido dos Trabalhadores, para a campanha de 2004, 20 milhões de reais. Fez um acordo e só recebeu quatro. E esses quatro ele entregou a seis prefeituas.

O Ministério Público queria que ele fizesse a delação premiada, que dissesse quais foram os prefeitos que teriam sido ajudados por ele. Ele respondeu: “Delação premiada é coisa de bandido.” E foi condenado. Um homem que fazia 300 flexões, todo dia, 500, teve cinco cânceres. E de três em três meses, o Ministério Público o convocava para que ele pudesse delatar os prefeitos ou alguns deputados. Ele não arredou pé da sua condição de liderança.

Várias vezes foi internado. Se ele ingere uma azeitona, ele passa mal e vai ser internado no hospital. E hoje ele faz a sexta cirurgia dele, de câncer na tireoide. E vai ser, se Deus permitir, candidato a deputado federal pelo PTB, em São Paulo. Eu dizia a ele: “Roberto, você tem que ser absolvido nas urnas. Você é um homem de coragem.” “Ah, mas o povo, não sei como me vê.”

Há um mês fui com ele no restaurante da Hadock Lobo. Quando eu vejo, grande parte do restaurante levanta-se, bate palmas e aplaude Roberto Jefferson.

Meu irmão Roberto Jefferson, se é verdade que existe a telepatia de sentimentos e do coração, tenha a certeza de que nessa noite eu rendo uma homenagem a um homem corajoso, destemido, injustiçado. E profundamente injustiçado, apenas porque não quis entregar companheiros.

Sua vida, por cinco ou seis vezes, quase desapareceu. Mas você não perdeu de vista os seus sonhos. É por isso que, nesta tarde, fiz questão absoluta de - em nome dos 27 estados, dos 27 diretórios estaduais do partido - prestar uma grande homenagem a Roberto Jefferson. Todos enviaram manifestações em nome de uma pessoa que aprendi a respeitar e gostar.

Proseguindo, quero me referir agora ao Inquérito Civil Público. Temos uma PEC aqui, que determina que o Ministério Público Estadual tenha 180 dias para apurar e concluir o Inquérito Civil Público. Mas a legislação federal permite que se prolongue por quantos 180 dias precisarem, e aqui no estado a mesma coisa. A nossa PEC é que para apenas uma única vez - apenas por mais 180 dias, que já é muito - o Ministério Público finalize o Inquérito Civil Público. Além disso, só pode obter esse prazo suplementar, se tiver o aval do Conselho Superior do Ministério Público.

Sabem quantos Inquéritos Cívis Públicos têm no Estado? Mais de 500, paralisados. É uma espada de Dâmocles na cabeça de prefeitos, empresários, deputados e governadores. Será que é possível. Instaura-se o Inquérito Civil Público hoje e fica paralisado, aguardando - possivelmente - que outro fato possa vir a ocorrer. Onde já se viu, Inquérito Civil Público baseado em carta anônima? Vem o promotor e diz: “Registre-se o Inquérito Civil Público e informe-se o denunciante.” Mas como, se o denunciante é anônimo?

A Presidência da Casa tem a obrigação de pautar essa PEC do Inquérito Civil Público. Porque ele é o chefe do Poder Legislativo e nós não podemos permitir que isso aconteça. Quem está falando aqui, é o único que tem o Colar de Mérito do Ministério Público.

Por que só eu vou me arriscar aqui? Não tem que se arriscar. Nós não podemos, é permitir abusos de uma instituição que, de quando em quando, quer mandar no poder e virar o poder. Silenciamos, e cada vez que silenciamos, nos tornamos um pouco covardes. Por isso eu fiz questão absoluta de vir aqui hoje. Mais do que isso: não sou do PMDB, mas não entendo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot - candidato declarado a governador de Minas Gerais daí sua insurgência com o Aécio e o Pimentel. Por que ele fatiou a denúncia contra o presidente. Sabem para que? Ele não tem chance na primeira, pode ter chance na segunda e na terceira. Digam-me uma coisa: onde está a prova definitiva de que o presidente Michel Temer cometeu um crime? Onde está? “Mas o promotor denunciou”. Quero saber da prova. Onde está o depósito na conta dele? O investimento que ele fez? Recebeu onde? “Mas Campos, você está defendendo?”. Não estou defendendo. Estou falando do que acontece no nosso país. Hoje, primeiro se pune para depois apurar se houve algum fato.

A discussão entre PT e PSDB na Casa é sobre mais ou menos: quem fez isso mais, quem fez menos. Pouco me importa. Por exemplo, onde está a prova definitiva de que o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, praticou um crime? A mala foi entregue a ele? “Mas tem que ser culpado”. Estão aí as acusações. Eu pensei que grande parte do PSDB fosse defender o presidente Aécio Neves, pelo menos enquanto não houver nada concreto.

Acabei de contar, aqui, sobre um homem que foi operado cinco vezes por câncer. Não havia uma prova. Nunca o deixamos de lado. Recebi visitas de outros políticos que me ofereciam a presidência nacional. Não aceitei. Lealdade é fundamental no ser humano. Lealdade é a cicatriz da alma de um político. Não poderia nunca ocupar a presidência nacional do PTB, como muitos estados querem, passando por cima de uma pessoa que considero muito e que não está bem de saúde. Quando estou no Guarujá ou numa praia qualquer, debaixo de um guarda-sol, tomando um Guaraná, não preciso de amigo nenhum. Preciso de amigo nas más horas, nas tristezas, nas tormentas da vida. Amigo de fórró, de balada e de rodeio não serve para mim. É assim que encaro a vida.

Nunca deixei e nunca deixaria de apoiar meu amigo e irmão Roberto Jefferson, porque conheço sua história. Sei o que aconteceu e sei o quanto ele sofreu, sem abalar suas convicções. Por isso, Sr. Presidente, deixo registrado aqui o retrato de um homem. Fosse eu um pintor e quisesse colocar num quadro o que considero como homem... Quando Collor foi cassado, o último deputado que ficou com ele foi Roberto Jefferson. É assim que acho que meu partido deve agir sempre. Se tiver que morrer, que não seja de joelho, mas em pé.

Sr. Presidente, termino fazendo mais uma vez um apelo. É o quinto apelo que lhe faço hoje: vamos pautar a PEC no 05. (Manifestação nas galerias.) Vamos fazer justiça a esse pessoal que está aqui há três meses. Eu não teria a paciência que eles têm: todos quietinhos, ninguém magoa ninguém. O deputado Barros Munhoz, num dia desses, fez um pronunciamento brilhante enaltecendo o comportamento deles nas galerias. Portanto, Sr. Presidente, vamos pautar essa PEC, em homenagem à justiça e a esta Casa. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado José Américo pelo tempo regimental.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sr. Presidente, gostaria de ceder meu tempo ao deputado Enio Tatto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto pelo tempo restante da sessão.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, companheiros da Secretaria da Fazenda, pessoal que está lutando, perseverando, com esperança de que a PEC nº 5 seja aprovada.

Se não me falha a memória, já estão aqui há mais de dois meses, dialogando. Começo a ficar preocupado, porque estamos na iminência de fechar as portas da Assembleia Legislativa e entrar no recesso.

Depois de três meses que vocês estão aqui - eu ouvi alguns discursos de deputados no decorrer do tempo declarando apoio a vocês -, ouvi também hoje alguns discursos que vocês aplaudiram bastante de pessoas que conhecem e viveram a situação de vocês, que esperaram dois meses e meio para assomar à tribuna e fazer um discurso dando dados concretos para vocês.

Se esses deputados tivessem feito esse discurso que fizeram hoje há dois meses atrás, a pressão contra o governo, contra o líder e contra o presidente poderia ser muito maior.

Então, parece-me que tem um pouco de hipocrisia nesse discurso. É quando as portas estão se fechando, está ficando difícil de se pautar a PEC de vocês. As pessoas vêm aqui para fazer um ato de contrição: “Olha, eu tenho que ficar bem com a categoria, então eu preciso fazer um discurso.” Pareceu-me, um pouco, isso. Eu já alertava, lá atrás, que poderia acontecer isso.

Então, faço um alerta: se essa PEC nº 5 não for pautada - pode ser pautada ainda hoje, na próxima sessão extraordinária, ou antes de encerrar esta, pois faltam dez minutos - pode ser pautada amanhã, quando provavelmente teremos duas extraordinárias. Pode, ainda, ser pautada na quinta, antes de votar a LDO.

Caso contrário, discursinho aqui é para inglês ver. É para o cara sair tranquilo com vocês, é para dar uma satisfação. Porque durante dois meses e meio vocês vieram aqui lutando muito, e os deputados não se pronunciaram.

São sempre os mesmos: o deputado Campos Machado, a bancada do PT, a bancada do PSOL, a bancada do PCdoB e alguns deputados individualmente declaram apoio para vocês. Agora, parece que está chegando no final, e têm que falar com vocês. Acho que está difícil. Está difícil.

O presidente tem todas as condições de pautar, até porque esta Casa é independente. Ele fez uma consulta à Secretaria da Fazenda no dia 18 de maio. Estamos no dia 4 de julho e parece que não veio o resultado do impacto financeiro para esta Casa.

O secretário veio aqui, vocês falaram com ele: também não deu resposta. Tomara que de hoje para amanhã, ou de hoje para quinta-feira, seja pautada a PEC nº 5 e possamos aprová-la. (Manifestação nas galerias.)

Além disso, este é mais um semestre que estamos encerrando sem ver avanços na LDO. O deputado Edmir Chedid, relator, até que acrescentou algumas coisas na LDO, alguns avanços.

Mas, parece-me deputado Barba, que desde hoje de manhã, quando suspenderam a Comissão de Finanças e Orçamento e depois marcaram para as 14 horas e 30 minutos e suspenderam também, o último relato é que deram uma esvaziada no pouco que tinha avançado na LDO. Em relação às universidades parece que reduziu bastante; em relação aos 0,3% para pagar as emendas dos parlamentares - é bom que todos saibam - parece que houve um recuo grande; projetos de deputado ninguém fala mais nada; o Orçamento Impositivo, que tinha a unanimidade desta Casa, também já saiu de pauta neste primeiro semestre. Este é o quadro que temos prestes a encerrar o primeiro semestre, como em outros anos. Como o deputado Barba colocou, o secretário não tinha muito o quê falar, a não ser reclamar que a arrecadação está caindo.

Ouvi alguns deputados falarem de desoneração, da anistia da dívida aprovada hoje em Brasília.

Pergunto: quem ajudou a aprovar? Quais os partidos que concordaram? Por que foi pautado neste momento? De repente aprovam por quê? Porque isso faz parte do acordo para a sobrevivência do governo Temer, é isso que está em jogo. Isto faz parte do acordão lá em Brasília ou alguém tem dúvida de que o adiamento do julgamento do senador Aécio Neves para agosto não está nisso? Alguém tem dúvida de que a soltura da irmã do Aécio Neves, do Loures e do cunhado de Aécio Neves faz parte de um acordo para manter o presidente Temer no governo? Este é o grande acordo construído em Brasília. Mas por quê? Quem está dando sustentação a um governo que tem menos de sete por cento de aprovação e está sobrevivendo na base do toma lá dá cá? Chama-se PSDB, e no PSDB há três grandes culpados: Aécio Neves, quando não reconheceu a derrota na última eleição e entrou na Justiça, o governador do estado de São Paulo e o prefeito da cidade de São Paulo, estes dois pensando no apoio do PMDB para o ano que vem, num pacote de 55 bilhões como tentativa de trazer dinheiro para o Estado e o município de São Paulo, segundo o que publicaram os jornais recentemente. O PSDB é o grande culpado do que está acontecendo no Brasil neste momento. Fala-se que muita gente participa do velório, carrega o caixão, mas não se atira na sepultura. O PSDB está participando do velório, carregando o caixão e pulando para dentro da sepultura juntamente com Michel Temer. A população está percebendo que quem está segurando um governo corrupto, golpista é o PSDB. E o telespectador que está assistindo em casa sabe muito bem. Os resultados estão aí, já estão aparecendo. Dá uma olhadinha nos candidatos do PSDB à Presidência da República. Eu falei há poucos dias. Na última pesquisa já tiveram que tirar o Serra, que está escondidinho, porque foi pego, e também o Aécio. Não pesquisaram eles.

E quem colocaram? O governador Geraldo Alckmin, por conta da posição do PSDB e a posição dele, que celebrou, carimbu e assinou o acordo com o Michel Temer, e não deixou o partido sair do governo. Foi divulgado que a maioria do PSDB queria sair, desembarcar. O governador de São Paulo e o prefeito de São Paulo seguraram, junto com o Aécio, por interesses próprios. A verdade é isso que a população está percebendo. Quando aparece o Alckmin, que já chegou até os 13%, 14%, 15%, está lá embaixo, atrás da Marina, do Bolsonaro, com 5 por cento.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Enio Tatto, fica preservado o tempo de V. Exa. de três minutos e quarenta e cinco segundos remanescentes em razão do esgotamento do tempo desta sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 21horas e 40 minutos.

4 DE JULHO DE 2017

33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 57/17.
2 - CARLÃO PIGNATARI
Solicita a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido e suspende a sessão às 21h50min; reabrindo-a às 21h53min.
4 - ENIO TATTO
Discute o PL 57/17.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da Ordem, às 21h59min; reabrindo-a as 21h59min.
6 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Discute o PL 57/17 (aparteado pelo deputado Roberto Massafera).
7 - JOÃO PAULO RILLO
Discute o PL 57/17.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PL 57/17.
9 - WELLINGTON MOURA
Sugere o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlão Pignatari e suspende a sessão por 5 minutos.

- Suspensa às 21 horas e 50 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 53 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Devolvo a palavra, pelo tempo remanescente de três minutos e quarenta e cinco segundos, ao deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, aguardo pela PEC nº 05 ser colocada em pauta hoje ou amanhã. (Palmas.)

Eu falei aquele dia: orai e vigiai. Continuo vigiando como é o comportamento do PSDB nesta Casa.

Sr. Presidente, neste restante do meu tempo, quero falar do ato que ocorreu em prol da retomada das obras da estação Grajaú até a estação Varginha. O ato aconteceu neste domingo, e gostaria de mostrar um vídeo sobre isso. Esta é a estação de que o governador Geraldo Alckmin falou novamente para a população hoje, quando foi inaugurar uma passarela. Ele falou como se as obras estivessem em pleno funcionamento, dizendo que a obra será entregue no ano que vem. Em poucos dias ele falou que dará uma acelerada nas obras.

É preciso acelerar muito, porque a obra está totalmente parada. Estas imagens foram feitas no domingo, e logo em seguida mostrei as imagens da população se manifestando. Foi feita uma convocação, e no domingo, às 15 horas, mesmo com chuva e frio, a população estava lá se manifestando. Foi impressionante ver as pessoas sofrendo, debaixo da chuva e do frio, para reivindicar aquilo que é direito, que é o direito ao transporte digno.

Essa obra foi prometida em 2010, mas estamos em 2017 e a obra está totalmente parada. Reunimos uma grande quantidade de pessoas lá reivindicando e dizendo que não vão parar de se manifestar. Já estão organizando outras manifestações, e farão isso até que essa obra seja retomada e entregue. Trata-se da estação Mendes, no Jardim São Bernardo, e da estação Varginha, que será interligada com o terminal de ônibus.

Essas estações vão atender mais de 200 mil pessoas daquela região, que não tem metrô. Só há essa linha do trem, que antigamente era um trem de passageiros gratuito. Nas décadas de 1970 e 1980, esse trem chegava até Santos, ligava Jundiaí a Santos, e depois foi tirado. Há ainda os locais dos trilhos, mas infelizmente a reivindicação é para que a obra chegue até a estação Varginha.

Gostaria rapidamente de mostrar outro vídeo, no qual o governador falou. Parece propaganda do governador, mas não é. Eu gostaria de mostrar para desmentir-lo. Ele foi inaugurar uma passarela que já fazia um ano que estava pronta e ele não entregava. Por conta das manifestações de domingo, ele foi lá hoje cedinho, sem ninguém ficar sabendo, nem os deputados da região.

- É feita a apresentação do vídeo.

Perceberam que o vídeo parou? Não deixaram a pessoa terminar de falar. Ela ia falar que precisavam retomar as obras que estão paradas. Esse vídeo foi postado pelo próprio governador hoje de manhã. Foi bom que o governador foi lá, gozado que ele foi hoje, por causa do ato de domingo, por causa da manifestação, que teve uma grande repercussão nas redes sociais. A população está cobrando.

Foi bom ele ter ido lá inaugurar essa obra, que estava pronta há um ano. Ele não entregava porque sabia que, se fosse lá, seria cobrado. Como houve o ato no domingo, com uma grande divulgação na região, ele foi lá hoje de manhã entregar a passarela e falou que vai dar uma acelerada nas obras. Como vai acelerar aquilo que está parado? Tem que começar.

Espero que o governador tenha ido lá hoje, tenha sido cobrado e tenha verificado que não há um funcionário trabalhando naquela obra. E precisa, realmente, retomar e entregar a Estação Mendes e a Estação Varginha para aquela população tão carente lá do fundão da zona sul. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar a favor, tem a palavra o deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, cedo o meu tempo ao nobre deputado Alencar Santana Braga.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Por cessão de tempo do deputado Wellington Moura, tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. O deputado Alencar Santana Braga desiste da palavra.

Esta Presidência suspende a presente sessão por dois minutos, por conveniência da ordem.

- Suspensa às 21 horas e 59 minutos, a sessão reaberta às 21 horas e 59 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga, pelo tempo regimental.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, público presente, mais uma vez venho a esta tribuna falando de projetos que interessam ao Orçamento do estado de São Paulo. O governador tem esse desejo, tem vontade de ter seus pleitos atendidos, mas sem ter, até agora, manifestado qualquer interesse, deputado Roberto Massafera, líder do PSDB. Seria importante ouvirmos o PSDB além do líder do Governo, sobre essa matéria dentre outras questões aqui colocadas. Aqui estão os servidores da Fazenda que, como muitos estamos também cansados. Eles estão aqui desde às 16 horas acompanhando a sessão pari passu, como também os deputados que estão no plenário acompanhando a sessão, fazendo debate. Nós sabemos que isso é desgastante e cansativo, mas temos que fazer isso, pois essa é a nossa tarefa. E os servidores estão aqui, com certeza, impacientes, mais do que isso, ansiosos porque estão vendo a chegada do final do semestre, estão vendo ali o limite de vai ou não vai. Eu acho que agora, de fato, é o momento para resolvermos definitivamente essa questão. Depois de uma luta deles que veio crescendo, aliás, é uma luta antiga, mas que este ano tomou um forte impulso, e que cresceu ao longo desses meses. Portanto, chegar no final do semestre e não ter o desfecho favorável, e ainda ter a incerteza da solução da questão no segundo semestre não é algo tão fácil para qualquer movimento político.

Mas, caso o Governo do PSDB não se sensibilize até amanhã, vocês têm que continuar firme, sem esmorecer e vir aqui com mais força, exercendo maior pressão no próximo período.

Vocês conseguiram hoje arrancar mais um depoimento favorável de outro deputado do PSDB. Tomara que ele consiga contagiar os demais colegas de bancada; e ele falou com conhecimento do assunto. Tomara que o discurso do deputado Vaz de Lima consiga fazer o gesto de trazer mais gente, que consiga convencer o deputado Barros Munhoz. Quem sabe o discurso do colega de bancada, deputado Vaz de Lima, não tenha tocado vosso coração, deputado Barros Munhoz, e V. Exa., daqui a pouco, para surpresa de todos nós - uma boa surpresa - vai dizer no microfone que sim. De repente - quem sabe? - ainda tem chão. Mais um pouco de tempo; quem sabe até o final da noite o deputado Barros Munhoz faça isso.

Mas, senhoras e senhores, o deputado Enio Tatto abordou, aqui, um tema, e nós falávamos com o deputado Edmir Chedid, sobre as emendas da LDO. Houve alguns avanços e pequenos recuos. Temos ainda uma negociação em curso, mas, para a nossa bancada, algumas emendas são fundamentais. Já que há essa perspectiva de avançar - e o relatório inicial do deputado Edmir Chedid aponta nesse sentido -, esperamos que amanhã, na Comissão de Finanças, possamos garantir a aprovação do relatório do deputado. Esperamos que o Governo não queira atropelar um deputado de sua própria bancada - inclusive, do DEM, um forte aliado do governador aqui, no estado de São Paulo.

Deputado Barros Munhoz, deputado Cauê Macris, deputado Roberto Massafera, ouvimos alguns líderes, inclusive deputados da sua bancada. Seria importante ouvir, também, a liderança do PSDB.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - COM ASSUTIMEN-TO DO ORADOR - Em respeito ao pessoal que está aqui, até agora, escutando, eu queria só dizer que esse tempo todo eu tenho me esforçado muito em buscar uma solução para eles. Falei com os delegados regionais, com os fiscais, com o sindicato, com a associação. Tenho uma proposta feita, que está em estudo, para nós resolvermos o impasse em que eles estão. Nós vamos ajudar a resolver isso de alguma forma. Amanhã, se Deus quiser, eu trarei a solução para eles, a proposta que nós temos. Podem ter certeza disso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Já está melhorando. Até amanhã, tem chão. O pessoal já sabe qual é a proposta. Não melhorou muito, deputado Roberto Massafera, mas, até amanhã, quem sabe, avança essa proposta e V. Exa. fala “sim” à votação da PEC?

Eu acho importante, deputado Roberto Massafera, também ouvir V. Exa., líder da bancada do PSDB, sobre a possibilidade de, na LDO, termos o avanço na pauta das universidades públicas, para que elas saiam dessa situação de calamidade, e o avanço na pauta das emendas impositivas.

Tenho certeza de que as emendas impositivas são uma pauta que interessa aos diferentes partidos - inclusive, de deputados do PSDB. Porém, nós só vamos avançar, amanhã, garantindo isso na LDO, se houver a possibilidade de mais deputados manifestarem esse desejo, essa vontade, e também, na própria Comissão de Finanças e Orçamento, fazer pressão nesse sentido. Senão, o Governo vai continuar com a sua mão de ferro, impedindo a libertação dos deputados em relação à política de emendas, que é uma política do toma lá dá cá, como eu já venho dizendo desde a semana passada.

Deputado Carlão Pignatari, dialoguei bastante com V. Exa. no Colégio de Líderes. Acho que amanhã ou quinta-feira não poderemos deixar de passar o PL nº 58. Tem que vir a voto. Não podemos deixar de votá-lo novamente.

É uma pena. É um prejuízo aos servidores da Defensoria, que não têm essa capacidade de mobilização constante, mas são servidores importantes, que atendem a um público que necessita do auxílio, do apoio judicial, quando vai lá com um problema pequeno, de uma comunidade, às vezes, simples. Digo “pequeno”, não na importância, mas, às vezes, é um problema jurídico que uma orientação pode resolver. Um pequeno encaminhamento pode resolver. Esses servidores, ao lado dos defensores públicos, ajudam muito. Além de fazer o papel do atendimento, com certeza, muitas vezes, até fazem o papel de psicólogo, no sentido do atendimento, da atenção. Dentre outras questões, acabam fazendo isso.

Esperamos que os deputados se sensibilizem até amanhã e possam votar isso. Tenho certeza de que o deputado Roberto Massafera tem um olhar e observações sobre alguns projetos de sua importância, que também ficam amarrados. Muitas vezes, não se consegue isto, mas espero que haja alguns avanços até amanhã.

Quero entrar em outra pauta, mudando de assunto. O deputado Enio Tatto trouxe aqui uma promessa antiga, mais uma das promessas do governador que não foi cumprida. Se formos listar são inúmeras, promessas nas mais diferentes áreas.

Se pegarmos o programa de televisão, de propaganda eleitoral do Governo Alckmin, é sempre um programa bonito, assertivo, consegue ganhar eleição, está ganhando, mas não é palpável, não é realizável, não concretiza o que diz e fica fazendo a pequena política. Vai a uma cidade, faz uma pequena intervenção e faz daquilo um grande fato, um grande acontecimento. O segundo acontecimento que ele faz nesses municípios é tomar café na padaria. Praticamente é isso que ele faz.

Também fica tratando o município com as indicações dos deputados, como uma grande ação. Uma academia popular, academia da saúde, uma pequena intervenção como se fosse um grande feito para aquela cidade, mas precisamos de um estado melhor. São Paulo pode mais, São Paulo pode ser mais humano, pode ser um estado para todos, mais igualitário, porque, infelizmente, no estado de São Paulo, o Governo do PSDB, ao longo do tempo, é o Governo da exclusão, da desigualdade, é o Governo que, através de sua política pública, manifesta o preconceito.